VIGIAR E PUNIR: NASCIMENTO DA PRISÃO - BREVE ANÁLISE JURÍDICA E SOCIAL DA LEI N* 13.869/2019), DECRETADA PELO CONGRESSO NACIONAL

Autor(res)

Felipe Rossi De Andrade
George Henrique Gomes De Sousa
Hélia Suzana Cardoso De Carvalho
Daniel Gomes De Araújo

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

Na obra de Michael Foucault - vigiar e punir. Analisamos a respeito das instituições de confinamento, em primeiro momento sempre trazendo a questão da prisão. É nessa obra onde Foucault vai abordar o assunto das instituições carcerárias e de confinamento. Para tanto, valendo-se da metodologia de revisão de análise jurisprudencial, analisamos o teor material, tendo em vista tal conceito, este estudo abarca consigo a intenção de explorar uma hipótese sobre a decisão decretada pelo Congresso Nacional sobre a constitucionalidade da Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019) Esta Lei define os crimes de abuso de autoridade, cometidos por agente público, servidor ou não, que, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, abuse do poder que lhe tenha sido atribuído. E essa decisão pode ser vista como um reflexo do debate sobre os limites do poder punitivo do Estado e a necessidade de vigilância sobre as práticas das autoridades.

Objetivo

O objetivo geral deste trabalho é analisar a decisão do Congresso Nacional por meio da (Lei nº 13.869/2019), e relacionar com a obra "Vigiar e Punir" de Michel Foucault. Essa obra é um estudo profundo sobre o sistema penal e de evolução das formas de punição até os dias atuais. A Lei de Abuso de Autoridade pode ser vista como um exemplo das teorias de Foucault sobre vigilância, punição e poder.

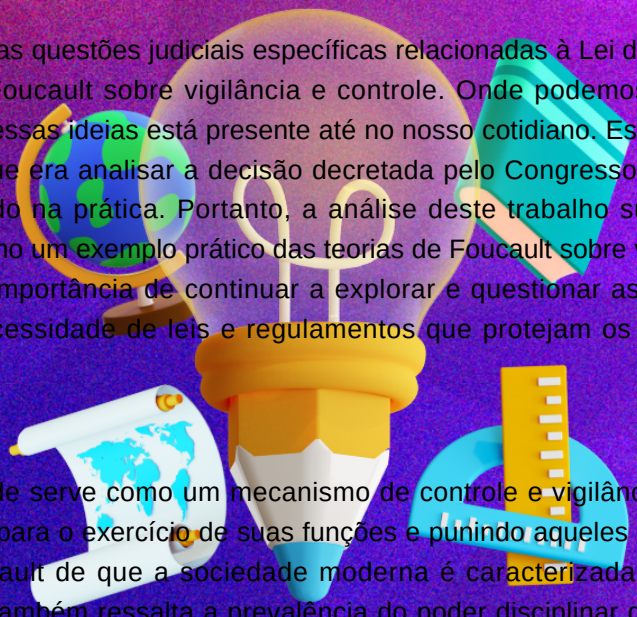
Material e Métodos

Este estudo adota uma metodologia de análise técnica jurisprudencial, focando-se qualitativamente em fontes legitimadas de comunicação jurídica e, secundariamente, em análise bibliográfica disponível em base de dados confiáveis. A pesquisa foi direcionada a (Lei nº 13.869/2019) e também a obra "Vigiar e Punir: nascimento da prisão" de Michel Foucault, e para busca de dados foram utilizada a plataforma oficial de comunicação do Diário Oficial da União e do Planalto.gov.br.

Resultados e Discussão

Anais da 3ª MOSTRA CIENTÍFICA DAS FACULDADES ANHANGUERA – BRASILIA – DF, 3ª edição, Brasília- DF, 2024. Anais [...]. Londrina, Editora Científica, 2024. ISBN 978-65-01-33529-2

A decisão reforça a análise das questões judiciais específicas relacionadas à Lei de Abuso de Autoridade e como elas refletem as ideias de Foucault sobre vigilância e controle. Onde podemos analisar vários elementos e estruturas prisional. E como essas ideias está presente até no nosso cotidiano. Esses resultados estão alinhados com o objetivo do estudo, que era analisar a decisão decretada pelo Congresso Nacional e entender como as ideias de Foucault é aplicado na prática. Portanto, a análise deste trabalho sugere que a Lei de Abuso de Autoridade pode ser vista como um exemplo prático das teorias de Foucault sobre vigilância, punição e poder. Por fim, este estudo destaca a importância de continuar a explorar e questionar as relações de poder em nossa sociedade, bem como a necessidade de leis e regulamentos que protejam os indivíduos contra o abuso de autoridade.



Conclusão

A Lei de Abuso de Autoridade serve como um mecanismo de controle e vigilância sobre os agentes públicos, estabelecendo limites claros para o exercício de suas funções e punindo aqueles que ultrapassam esses limites. Isso reflete a ideia de Foucault de que a sociedade moderna é caracterizada por sistemas sofisticados de vigilância. Além disso, a lei também ressalta a prevalência do poder disciplinar do Estado sobre os indivíduos, alinhando-se com os conceitos de vigilância e controle social das relações de poder e controle na sociedade discutidas por Foucault.

Referências

Diário Oficial da União - Seção 1 - Edição Extra - A - 5/9/2019, Página 1 (Publicação Original) Disponível em: D.O.U de 05/09/2019, pág. nº 1. Acesso em 14 de Maio de 2024

Presidência da República - Secretária-geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos Disponivel em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13869.htm Acesso em 14 de Maio de 2024

Michel Foucault “Vigiar e Punir – Nascimento da Prisão”. Editora: Vozes; 42º edição (1 janeiro 2014). Acesso em: 14 maio 2024.

3ª MOSTRA CIENTÍFICA

Anhanguera

Anais da 3ª MOSTRA CIENTÍFICA DAS FACULDADES ANHANGUERA – BRASILIA – DF, 3ª edição, Brasília- DF, 2024. Anais [...]. Londrina, Editora Científica, 2024. ISBN 978-65-01-33529-2